

Carta de lei, pela qual Vossa Magestade Imperial mandou executar o decreto da Assembléa Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, em qual se indicam quas sejam os dias de festividade nacional, ne forma activa declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

Joaquim José Lopes a fez.

Registrada a folha 130 do livro 4.º de registro de cartas, leis e alvarás.—Secretaria de Estado dos Negócios do Imperio em 18 de Setembro de 1826.—*Albino dos Santos Pereira.*

Pedro Machado de Alvares Mathiero.

Foi publicada esta Carta de Lei nesta Chancellaria-mór do Imperio do Brazil, Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1826.—*Françesco Xavier Raposo de Albuquerque.*

Registrada na Chancellaria-mór do Imperio do Brazil a folha 60 do livro 1.º das leis.—Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1826.—*Demetrio José da Cruz.*

LEI—DE 9 DE SETEMBRO DE 1826.

Manda passar cartas de cirurgia, e de cirurgia formado aos que concluirem os cursos das escolas de cirurgia do Rio de Janeiro e da Bahia.

D. Pedro I por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos súbditos, que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art. 1.º Haverão cartas de cirurgia, ou cirurgia formado, todos aquelles, que nas escolas de cirurgia do Rio de Janeiro, e Bahia, já têm concluido com approvação, ou concluirem em diante, o curso de curso, ou seis annos, na conformidade dos seus estatutos.

Art. 2.º As cartas serão passadas pelos Provedores das escolas, ou pelos Lentes, que suas vezes se alternam: escriptas em linguagem vulgar, e assigadas com o sello de pratica medico-cirurgica, e a assinatura dos Lentes, e impressas, e registradas, e selladas com o sello do Imperio, e a firma amarelada.

LEGISLATIVO.

11

Art. 3.º As formulas das cartas serão em tudo conformes ás que vão lançadas no fim desta Lei: e o sello será o que escolher cada uma das ditas escolas.

Art. 4.º Serão dadas e passadas gratuitamente, com a despeza da impressão, e pergaminho, que pagarão os estudantes.

Art. 5.º Os que conseguirem a carta de cirurgia poderão livremente curar de cirurgia em qualquer parte do Imperio, depois que com ella se apresentarem á autoridade local.

Art. 6.º Os que obtiverem a carta de cirurgia formado, poderão igualmente exercer a cirurgia, e medicina em todo o Imperio, feita a apresentação na forma do artigo antecedente.

Art. 7.º Ficam revogadas todas as leis, alvarás e decretos, regimentos do Physico-Mór e Cirurgião-Mór do Imperio, e os estatutos das sôbre ditas escolas, na parte, em que se oppozerem á execução desta.

Formula da carta de cirurgia.

Eu F... Director, ou Vice-Director da Escola Cirurgica de... Faço saber, que F.—natural de—filho de F.—havendo frequentado o quinto anno do curso cirurgico, e sendo competentemente examinado, foi approvado (*nomine discrepante*, ou *simpliciter*); e ficou por isso approvado em cirurgia—e habilitado unicamente, para poder curar neste ramo de sciencia medica em todas as partes do Imperio. Pelo que lhe mandei passar a presente, que vai por mim assignada, e pelo Lente de pratica medico-cirurgica, sellada com o sello da escola, na cidade de—aos—de—do anno de—; e eu F... Secretario a subscreevi.

F... Director, ou Vice-Director.

(*Local da assignatura do Lente de Practica.*)

Formula da carta de cirurgia formado.

Eu F... Director, ou Vice-Director da Escola Cirurgica de... Faço saber, que F... natural de—filho de F... havendo frequentado o sexto anno do curso cirur-

gica, repetiu nelle as materias do quarto e quinto; e sendo competentemente examinado, foi approvedo (*ne mine discrepante, ou simpliter*) e ficou por isso formado em cirurgia — e habilitado para poder curar de cirurgia, e medicina em todas as partes do Imperio. Pelo que lhe mandei passar a presente, que vai por mim assignada, e pelo Lente de pratica medico-cirurgica, sellada com o sello da escola na cidade de — aos — de — do anno de — e eu F... Secretario a subscrivi.

F... Director, ou Vice-Director.

(Logar da assignatura do Lente de Pratica.)

Mandamos portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento, e execucao da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos 9 dias do mez de Setembro de 1826, 3.º da Independencia, e do Imperio.

IMPERADOR com rubrica e guarda.

(L. S.)

José Feliciano Fernandes Pinheiro.

Carta de Lei pela qual Vossa Magestade Imperial manda executar o decreto da Assemblha Geral Legislativa, que houve por bem sancionar, sobre a formula das cartas dos alumnos da academia medico-cirurgica, e outros providencias analogas ao mesmo objecto, tudo na forma acima declarada.

Para Vossa Magestade Imperial ver.

João Baptista de Carvalho a fez.

Registrada a fl. 130 do livro 4.º de registro de cartas, leis, e alvarás.—Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 18 de Setembro de 1826.—*Adão dos Santos Pereira.*

Pedro Machado de Miranda, M. A. P.

Foi publicada esta Carta de Lei nesta Chancellaria-mór do Imperio do Brazil.—Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1826.—*Francisco Xavier Raposo de Albuquerque.*

Registrada na Chancellaria-mór do Imperio do Brazil a fl. 57 do livro 1.º das leis.—Rio de Janeiro, 26 de Setembro de 1826.—*Demetrio José da Cruz.*

DECRETO—DE 9 DE SETEMBRO DE 1826.

Declara cidadão brasileiro ao Desembargador João Cardozo de Almeida Amado.

Sendo-me presente a resolução da Assemblha Geral Legislativa sobre o requerimento do Desembargador João Cardozo de Almeida Amado, pela qual o julgou cidadão brasileiro, e como tal nos termos de merecer a dispensa de lapso de tempo que pedira para se poder verificar a mercê que tivera de um logar de Desembargador da Bahia: Hei por bem, tendo ouvido o meu Conselho de Estado, sancionar a referida resolução para que tenha o seu devido effeito. Palacio do Rio de Janeiro em 9 de Setembro de 1826, 3.º da Independencia, e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Feliciano Fernandes Pinheiro.

[E]—DE 11 DE SETEMBRO DE 1826.

Manda que as sentenças de pena de morte não se executem, sem que primeiramente sejam presentes ao Poder Moderador.

Dom Pedro por Graça de Deus e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpétuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assemblha Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte: